

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. O cenário internacional.....	1
2. Previdência e “custo Brasil”	6
3. O problema da (má) gestão	7
4. Os regimes próprios	8
5. O argumento de déficit	9
6. O desemprego, o subemprego e a previdência.....	13
Conclusões	14
PARTE I – NORMAS GERAIS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO	17
DANIEL MACHADO DA ROCHA	
Introdução	19
1. Proibição da existência de mais de um regime próprio	23
2. Organização e funcionamento dos regimes próprios.....	26
3. Vedação de acumulação	33
4. Novas regras contributivas para os servidores e segurados.....	38
4.1 Mudanças nas contribuições exigidas dos segurados.....	38
4.2 Mudanças nas contribuições exigidas dos servidores	40
5. Previdência complementar.....	43
6. Contagem recíproca de tempo de contribuição	48
7. Pensão por morte	56
8. Do direito adquirido	60
9. Das regras de transição	65
9.1. Regras de transição do RGPS	68
9.2. Regras de transição comuns ao RGPS e ao RPPS.....	73
9.3. Regra de transição de aposentadoria voluntária com pedágio de 100%.....	73
9.4. Trabalhadores com exposição a agentes insalutíferos.....	74
9.5. Regras de transição para as pessoas com deficiência.....	76
9.6. Regras de transição previstas para os servidores	78

9.6.1. Regra de transição geral dos servidores públicos	78
9.6.2. Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos	81
9.6.3. Tempo de serviço público e as regras de transição	83

PARTE II – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 85

JOÃO BATISTA LAZZARI

Introdução	87
1. Nova sistemática de cálculo do valor dos benefícios	90
2. Benefícios por incapacidade temporária ou permanente para o trabalho	100
3. Benefícios não programados: cobertura concorrente pelo RGPS e pelo setor privado.....	105
4. A extinção da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima.....	108
5. Aposentadoria por idade: novos critérios de concessão	109
6. Regras de transição na aposentadoria por tempo de contribuição e por idade.....	116
7. Aposentadoria dos professores.....	122
8. Regras de transição da aposentadoria dos professores.....	124
9. Aposentadoria especial	128
10. Regras de transição da aposentadoria especial	132
11. Aposentadoria dos segurados com deficiência	134
12. Aposentadoria dos segurados de baixa renda	140
13. Salário-família e auxílio-reclusão.....	141
14. Aposentadoria compulsória dos empregados públicos	144

PARTE III – REGIMES PRÓPRIOS 147

CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO

Introdução	149
1. Regimes próprios e os agentes públicos abrangidos.....	151
2. Servidor com mandato eletivo – vinculação ao RPPS (art. 38, V).....	153
3. Vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo (art. 39, § 9.º).....	154
4. Regras de aposentadoria aplicáveis aos Regimes Próprios	156
5. Aposentadoria por incapacidade permanente (art. 40, § 1.º)	157

6. Readaptação (§ 13 do art. 37)	158
7. Aposentadoria compulsória	160
8. Aposentadorias voluntárias no âmbito do RPPS da União (art. 40, § 1.º, III)	161
9. Rompimento do vínculo do servidor aposentado com o ente público (§ 14 do art. 37).....	165
10. Valor mínimo e máximo dos proventos de aposentadoria (§ 2.º do art. 40)...	167
11. Cálculo dos proventos – desconstitucionalização (§ 3.º do art. 40)	168
12. Aposentadoria em função de magistério (ensinos infantil, fundamental e médio)	177
13. Aposentadoria do servidor portador de deficiência.....	180
14. Aposentadoria por exposição a agentes nocivos (aposentadoria especial) ...	182
15. Abono de permanência	186
16. Aplicação supletiva das regras do RGPS aos Regimes Próprios	188
17. Criação, manutenção e extinção de regimes próprios	190
18. Normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS	191
19. Aposentadoria de magistrados e membros do Ministério Público	198

PARTE IV – REGRAS ESPECIAIS E DE COMPETÊNCIA 201

GISELE KRAVCHYCHYN

1. Titulares de mandatos eletivos.....	203
1.1. Instituto de Previdência dos Congressistas	203
1.2. Plano de Seguridade Social dos Congressistas.....	205
1.3. Das novas regras de aposentadoria para titulares de mandatos eletivos	207
1.3.1. Regra de transição para os mandatos eletivos da União e o PSSC (Lei 9.506/1997)	208
1.3.2. Dos titulares de mandatos eletivos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios	211
2. Benefício assistencial	211
2.1. Da integração de dados para maior controle de requisitos e impedimento de acumulação do BPC com outros benefícios previdenciários.....	212
3. Policiais federais, policiais civis do Distrito Federal, policiais rodoviários e ferroviários federais, agentes penitenciários e socioeducativos federais	213
3.1. Regras transitórias para policial civil do Distrito Federal, polícia legislativa federal, policial federal, policial rodoviária e ferroviária federal, agente federal penitenciário ou socioeducativo.....	214
3.2. Pensão por morte	216

3.3. Regras de transição	217
4. Policiais militares e bombeiros militares	218
4.1. Contagem de tempo	220
5. Forças Armadas.....	220
5.1. Contagem recíproca de tempo das Forças Armadas	221
5.1.1. Da compensação financeira.....	223
5.2. Destaques do PL 1.645/2019	224
5.2.1. Universalização de contribuição.....	225
5.2.2. Tempo mínimo de atividade para a reserva.....	226
5.2.3. Regra de transição para tempo de serviço.....	227
5.2.4. Idade-limite proposta para transferência para a reserva	228
5.3. Reestruturação da carreira	229
5.3.1. Redução de efetivos	230
5.3.2. Ajuda de custo na transferência para a reserva.....	230
5.3.3. Adicional por formação para militares	231
5.3.4. Adicional de disponibilidade.....	232
5.3.5. Gratificação de representação	234
5.3.6. Novo rol de dependentes	234
5.3.7. Manutenção de integralidade da pensão por morte dos militares	235
6. Competência jurisdicional delegada.....	236
Estrutura da EC 103/2019	239
QUADRO COMPARATIVO REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	241
Inclusões feitas pela EC 103/2019 ao ADCT	256
Regras de transição e disposições transitórias previstas na EC 103/2019	257
REFERÊNCIAS.....	281